

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 687.997 - SP
(2015/0070489-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : BENEDITO PEREIRA PASCHOA FILHO
ADVOGADO : LELLIS FERRAZ DE ANDRADE JUNIOR E OUTRO(S) -
SP079514
RECORRIDO : BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
SOLON MENDES DA SILVA - RS032356

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, CAPUT, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por BENEDITO PEREIRA PASCHOA FILHO, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 500):

AGRAVO INTERNO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF. EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 525/531.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 534/547), sustenta a parte recorrente a existência de repercussão geral da matéria versada nos autos e de afronta aos artigos 5º, incisos LIV e LV; e 93, inciso IX, ambos da Constituição Federal, alegando, para tanto, que esta Corte não indicou "específica e objetivamente as razões pelas quais a hipótese atrairia a incidência das Súmulas nºs. 5 e 7/STJ e 283/STF que, bem por isso, foram aplicadas de forma genérica" (fl. 542).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 555/562.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 03 de setembro de 2019 (terça-feira) - certidão de fl. 532. Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 04 de setembro de 2019 (quarta-feira) e encerrou-se em 24 de setembro de 2019 (terça-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 25 de setembro de 2019 (quarta-feira), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

